



10° SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

10º Simulado DEPEN

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-18-07-20>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO**Narrar-se**

Sou fã de psicanálise, de livros de psicanálise, de filmes sobre psicanálise e não pretendo desgrudar o olho da nova série do GNT, Sessão de Terapia, dirigida por Selton Mello. Algum voyeurismo nisso? Total. Quem não gostaria de ter acesso ao raio-x emocional dos outros? Somos todos bem resolvidos na hora de falar sobre nós mesmo num bar, num almoço de família, até escrevendo crônicas. Mas, em colóquio secreto e confidencial com um terapeuta, nossas fraquezas é que protagonizam a conversa.

Por 50 minutos, despejamos nossas dúvidas, traumas, desejos, sem temer passar por egocêntricos. É a hora de abrir-se profundamente para uma pessoa que não está ali para condenar ou absolver, e sim para estimular que você escute atentamente a si mesmo e assim consiga exorcizar seus fantasmas e viver de forma mais desestressada. Alguns pacientes desaparecem do consultório logo após o início das sessões, pois não estão preparados para esse enfretamento.

Outros levam anos até receber alta. E há os que nem quando recebem vão embora, tal é o prazer de se autoconhecer, um processo que não termina nunca. Desconfio que será o meu caso. Minha psicanalista um dia terá que correr comigo e colocar um *rottweiler* na recepção para impedir que eu volte. Já estou bolando umas neuroses bem cabeludas para o caso de ela tentar me dispensar.

Analisar-se é aprender a narrar a si mesmo. Parece fácil, mas muitas pessoas não conseguem falar de si, não sabem dizer o que sentem. Para mim não é tão difícil, já que escrever ajuda muito no exercício de expor-se. Quem escreve está sempre se delatando, seja de forma direta ou camuflada. E como temos inquietações parecidas, os leitores se identificam: “Parece que você lê meus pensamentos”. Não raro, eles levam textos de seus autores preferidos para as consultas com o analista, a fim de que aqueles escritos ajudem a elaborar sua própria narrativa.

Meus pensamentos também são provocados por diversos escritores, e ainda por músicos, jornalistas, cineastas. Esse intercâmbio de palavras e sentimentos ajuda de maneira significativa na nossa própria narração interna. Escutando o outro, lendo o outro, se emocionando com o outro, vamos escrevendo vários capítulos da nossa própria história e tornando-nos cada vez mais íntimos do personagem principal – você sabe quem (...).

(Martha Medeiros)

01. Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

Conforme o Texto, “narrar-se” significa empregar a linguagem como meio de analisar nosso interior.

02. Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

O trecho do texto “Analisar-se é aprender a narrar a si mesmo. Parece fácil, mas muitas pessoas não conseguem falar de si, não sabem dizer o que sentem. Para mim não é tão difícil, já que escrever ajuda muito no exercício de expor-se.”, nota-se a predominância da tipologia textual narrativa.

03. A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir:

“Quem escreve está sempre se **delatando**, seja de forma direta ou **camuflada**”. Os vocábulos destacados nas frases podem ser substituídos, mantendo-se o sentido original, respectivamente por: revelando / exalada.

04. Com relação às ideias e às estruturas do texto acima, julgue o item que se segue.

Os acentos gráficos das palavras “psicanálise”, “músicos” e “íntimos” têm a mesma justificativa gramatical.

05. Considerando as estruturas linguísticas e os sentidos do texto, julgue o próximo item.

Os advérbios em destaque no trecho: “É a hora de abrir-se **profundamente** para uma pessoa que não está ali para condenar ou absolver, e sim para estimular que você escute **atentamente** a si mesmo e assim consiga exorcizar seus fantasmas “atuam como sequenciadores textuais cuja função é organizar a sequência temporal da sessão de análise.

06. “O Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou parecer em que advoga pela manutenção da idade mínima para imputabilidade penal. **Segundo** o órgão, a Psicologia deve se preocupar com o assunto porque vivemos um momento de espetacularização da violência, judicialização das relações sociais e patologização e medicalização da sociedade, sendo necessária a intervenção da Psicologia nos debates”.

No que se refere à estrutura linguística do trecho acima, julgue o item abaixo.

Ao se substituir “Segundo” (l.1) por **Conforme**, mantêm-se a correção gramatical e os sentidos do trecho.

07. “Em momentos de crise econômica, procurar soluções a fim de diminuir o desemprego e aumentar a produtividade são escolhas acertadas para sobreviver e se perene; nesse sentido, as empresas brasileiras ainda precisam evoluir muito.”

Com referência aos sentidos e às estruturas do trecho acima, julgue os itens a seguir.

Preservam-se as relações sintáticas e a correção gramatical entre as orações ao substituir o sinal de ponto e vírgula por travessão.

08. “Em relação a falar com ele, pode deixar comigo”

De acordo com o trecho acima, julgue o seguinte item.

De acordo com o contexto, estaria também correto o emprego do sinal indicativo de crase em “relação a”

09. “Sobre o uso da medicação, a Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde não a recomendam”.

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do trecho acima, julgue o item a seguir.

Em um uso mais formal da língua, as regras de colocação pronominal do padrão culto permitem que o pronome átono em “não a recomenda” seja também utilizado depois do verbo, sob a forma de **nas**, ligada ao verbo por um hífen.

10. “Nessa situação de crise, a pesquisa científica tem muita importância e as universidades passam a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento social.”

Julgue o item a seguir, relativo aos aspectos linguísticos do trecho acima.

A flexão do infinitivo em “passam a desempenhar” — **passam a desempenharem** — mantém a correção gramatical do texto.

11. “O rapaz atendeu ao cliente prontamente”.

Julgue o item a seguir, relativo aos aspectos linguísticos do trecho acima.

Mantém-se a correção gramatical do primeiro período do texto ao se substituir “atender ao cliente” por **atender o cliente**.

12. “Existem muitos casos de pessoas curadas. Isso é muito bom”

Com relação às ideias e às estruturas do trecho acima, julgue o item que se segue.

Mantém-se a correção gramatical e o sentido original do texto ao se substituir “**existem**” por “**há**”

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**Herbert Almeida**

Joana atua como chefe em determinada repartição pública federal. No exercício de suas funções, tomou conhecimento de que João, seu subordinado, recebeu propina para agilizar o andamento de um processo.

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990), julgue os itens a seguir.

13. Nessa situação, Joana deve obrigatoriamente iniciar a apuração da irregularidade através da sindicância, como etapa inicial do processo administrativo disciplinar.

14. Joana terá o prazo de cinco anos, contados da data em que o fato se tornou conhecido, para instaurar o processo disciplinar, prazo esse que fica interrompido com a abertura do processo.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Guilherme Neves**

Um marceneiro e seu ajudante realizam um serviço e recebem juntos R\$ 1.800,00. A razão entre o valor recebido pelo marceneiro e pelo seu ajudante, somada com 1, é equivalente a $\frac{12}{5}$. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

15. O marceneiro recebeu mais de R\$ 1.200,00.

16. O valor recebido pelo marceneiro foi 40% maior do que o valor recebido pelo seu ajudante.

17. Os valores recebidos pelo marceneiro e seu ajudante são proporcionais a 7 e 5.

Julgue os itens a seguir a partir das proposições P: “João estuda para o concurso do DEPEN”, Q: João é persistente” e R: “João será aprovado no concurso do DEPEN”.

18. A sentença “Se João não foi aprovado no concurso do DEPEN, então João não estudou para o concurso do DEPEN ou João não foi persistente” pode ser representada simbolicamente por $(\neg R) \rightarrow (\neg P) \wedge (\neg Q)$.

19. A proposição $(\neg P) \rightarrow (P \rightarrow R)$ é sempre verdadeira, independentemente dos valores lógicos das proposições simples que a compõem.

20. As proposições $P \wedge \neg(Q \wedge R)$ e $(P \wedge \neg Q) \vee (P \wedge \neg R)$ são logicamente equivalentes.

21. O Coach Dudu abandonou o veganismo e decidiu se esbaldar em uma churrascaria perto da sede do Estratégia Concursos. Ele pediu um prato principal, um refrigerante e uma sobremesa, pagando por isso um total de R\$ 44,00, já incluída a taxa de serviço de 10% sobre o valor real do que foi gasto. Sabendo-se que o refrigerante custou R\$ 2,00 a menos que a sobremesa e que o prato principal representou $\frac{4}{5}$ do valor real a ser pago (sem a taxa de serviço), então o preço da sobremesa era superior a R\$ 7,00.

22. Após resolver 160 questões, o aluno Herbert Richers Almeida constatou que acertou 70% delas. Após resolver mais 40 questões, ele melhorou seu percentual de acertos para 71% do total de questões. É correto concluir que das últimas 40 questões, Herbert Richers Almeida errou mais de 10.

INFORMÁTICA**Ranielison Passos**

A respeito de VoIP e telefonia IP, julgue o item.

23. Os protocolos H.323 e SIP, utilizados para aplicações multimídia de audioconferência e videoconferência, permitem realizar tarefas que incluem o estabelecimento de sessões entre as máquinas participantes.

Sobre sistemas operacionais e manipulações de arquivos, analise a próxima assertiva.

24. Com as últimas atualizações do sistema Windows 10, versão de instalação em português, é possível

recuperar arquivos excluídos de um pendrive acessando a lixeira do Windows.

Sobre o aplicativo Microsoft Power BI, julgue o próximo item.

25. Ainda que o programa Power BI seja mais utilizado de forma online para compartilhando de recursos e arquivos, é possível gerar um arquivo de dados a partir do programa, sendo esse com a extensão padrão .PSDX.

O trecho da planilha abaixo foi digitado no Microsoft Excel, em português, e mostra os homicídios por armas de fogo em algumas regiões do Brasil

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Homicídios por arma de fogo							
2	UF/REGIÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
3	Acre	61	63	50	85	97	116	78,66667
4	Amapá	69	103	80	117	99	142	101,6667
5	Amazonas	572	635	879	855	692	756	731,5
6	Pará	2.038	2.502	2.077	2.138	2.254	2.319	2221,333

26. Na célula H3 deverá ser utilizada uma fórmula para calcular a média aritmética dos valores do intervalo de células de B3 a G3. A fórmula `MÉDIA()` poderá ser utilizada para essa operação.

Sobre procedimentos de segurança na internet e em máquinas locais, julgue os itens 27 e 28.

27. Quando for estabelecida e iniciada uma operação de backup em máquinas locais, a primeira vez que se realizar a cópia de segurança o tipo de becape mais indicado é o completo.

28. Um sistema de controle do tipo firewall pessoal deve ser configurado para controlar os pacotes que entram de uma rede externa para a máquina local, não sendo muito importante, por exemplo, determinar regras de controle sobre a saída de dados da máquina para a rede.

No que se refere ao conceito de banco de dados relacional, julgue os itens seguintes.

29. Denomina-se chave estrangeira o conjunto de um ou mais atributos que nunca se repetem nas

entidades associadas. As chaves estrangeiras poderão ser utilizadas como um índice para a tabela de banco de dados.

Sobre ferramentas e aplicativos de correio eletrônico, julgue o item abaixo.

30. Com relação as configurações de aplicativos de correio eletrônico, durante o processo de edição de um e-mail, ou seja, que ainda não foi enviado, esse ficará à disposição do usuário na Pasta de Saída.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue as afirmações que se seguem:

31. O vigia de um condomínio residencial, ao notar o princípio de um incêndio em uma das casas das redondezas, não poderá invadi-la, durante o dia, caso o morador esteja ausente e não tenha manifestado previamente seu consentimento para adentrar o local em situações desse tipo.

32. A Constituição Federal garante, às presidiárias, o cumprimento da pena em estabelecimentos distintos daqueles destinados aos apenados do sexo masculino, bem como o direito de permanecer com seus filhos durante todo o período de amamentação.

33. As propriedades rurais produtivas e que cumprirem sua função social não poderão ser penhoradas.

Julgue os itens subsequentes, a respeito da segurança pública, de acordo com o disposto na CF/88:

34. À polícia civil dos estados cabe o policiamento ostensivo e a apuração de infrações penais, mas o órgão não integra as forças auxiliares do Exército.

35. A Constituição Federal atribuiu expressamente, às guardas municipais, a tarefa de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas.

Julgue a próxima assertiva, com base no que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos:

36. O Filho de um deputado estadual não poderá se candidatar a nenhum cargo eletivo na circunscrição onde o pai exerce o mandato, nas próximas eleições.

Considerando as regras atinentes aos direitos de nacionalidade, julgue o item a seguir:

37. O indivíduo, filho de mãe brasileira e pai estrangeiro que aqui se encontrava a serviço de seu país no momento do nascimento do filho, não será considerado brasileiro nato.

No que diz respeito às disposições constitucionais sobre os direitos sociais, julgue o item a seguir:

38. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o adicional noturno são direitos assegurados tanto aos trabalhadores domésticos quanto aos rurais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Determinado Estado da federação investiu recursos consideráveis na manutenção da rede de esgoto e do sistema de drenagem pluvial, visando evitar alagamentos na época de chuvas. Apesar disso, uma tempestade de grandes proporções, inesperada na época em que ocorreu, inundou diversas cidades, causando danos patrimoniais aos administrados.

A respeito da responsabilidade civil estatal, julgue os itens seguintes com base na situação hipotética acima.

39. Nessa situação, o Estado responde objetivamente pelos danos sofridos pelos administrados, por ser esse o tipo de responsabilização em situações de caso fortuito ou força maior.

40. Para que o Estado seja responsabilizado de forma subjetiva, o interessado deverá comprovar uma conduta omissiva do poder público, com base na chamada teoria da culpa administrativa.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

41. Agente público que aplique sanção a um subordinado sem que possua competência para tanto pratica o ato com excesso de poder, o que autoriza a anulação do ato ilegal.

42. O poder de polícia é indelegável em qualquer hipótese, uma vez que constitui atividade típica de Estado, passível de desempenho apenas pela administração centralizada.

A respeito da regulamentação do pregão, na forma eletrônica, em âmbito federal, com base no disposto no Decreto nº 10.024/2019, julgue as assertivas a seguir.

43. As autarquias federais podem utilizar facultativamente o pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, desde que o valor da contratação não supere o montante de R\$ 3,3 milhões.

44. O pregão, na forma eletrônica, deve ser julgado com a observância dos critérios de menor preço ou maior desconto, sendo que o prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

José é servidor público e recebeu recursos para o custeio de despesas realizadas em operações externas, mediante regime de adiantamento. Durante as operações, ele realizou compras para o cumprimento de suas atividades funcionais no valor de R\$ 8 mil, sem a formalização de um contrato escrito.

Com base na situação hipotética descrita, e de acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), julgue as assertivas a seguir.

45. O contrato firmado por José é nulo e de nenhum efeito, devendo o servidor ser responsabilizado administrativamente pela irregularidade cometida.

46. Nos casos em que a licitação deva ser realizada pelas modalidades concorrência ou tomada de preços, o instrumento de contrato será obrigatório.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

47. Com relação à aplicação da lei penal julgue o item a seguir. Ficam sujeitos à lei brasileira, sem a necessidade do concurso de nenhuma condição, os crimes de genocídio cometidos no estrangeiro, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

48. No direito penal, aplica-se, em regra, o princípio do *tempus regit actum*, segundo o qual deve-se aplicar a lei penal em vigor na data da prática do ato delituoso. No entanto, se a nova lei, mesmo não estando em vigor na data do crime, for mais benéfica ao acusado, deverá retroagir para ser aplicada no caso concreto.

49. Pelo princípio da continuidade normativa é possível reconhecer a *abolitio criminis* pela revogação da lei, se a conduta permanece típica em outro dispositivo legal.

50. Manoel ingressa na residência de José, sem consentimento deste, com a intenção de subtrair objetos de valor no interior da residência, porém desiste de cometer o furto. Nesse caso, há tentativa punível de furto se a desistência de Manoel ocorreu em razão do funcionamento do sistema de alarme do imóvel.

51. De acordo com a teoria analítica do crime e seus elementos constitutivos, a tipicidade penal é afastada nas hipóteses de crime impossível e arrependimento posterior.

52. Com relação aos crimes contra a pessoa, julgue o item a seguir. O homicídio doloso será qualificado, caso seja cometido por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

53. De acordo com os crimes patrimoniais, analise a assertiva a seguir. No furto, equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

54. Julgue o item que segue. É subsidiária a conduta de atribuir-se falsa identidade para obter vantagem, ou seja, o agente só responde por este crime se o fato não constituir elemento de infração penal mais grave.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. No que tange à aplicação da lei processual penal, julgue o item que segue.

Ocorrendo conflito entre o Código de Processo Penal e uma lei especial que contenha normas processuais, a solução será a aplicação da lei especial e, quando omissa, subsidiariamente do Código de Processo Penal.

56. São princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal: juiz natural, presunção de inocência, ampla defesa e o contraditório.
57. Conforme previsão expressa no Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
58. Nos crimes de ação privada, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
59. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
60. Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o Ministério Público rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
61. Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, nos crimes afiançáveis de responsabilidade de funcionários públicos, investigados por inquérito policial, oferecida a denúncia que atende os requisitos do art. 41 do CPP, com informações suficientes sobre os fatos que configuram, em tese, delito especificado, o juiz pode receber a denúncia, dispensando a notificação prévia do acusado.
62. Com relação ao remédio constitucional e as hipóteses de cabimento, julgue o item a seguir. Ainda que seja patente o constrangimento ilegal

causado, é incabível o pedido de *habeas corpus* contra decisão condenatória que fixa pena de multa.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ricardo Torques

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

63. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, priorizando as liberdades individuais, assegura o direito à propriedade solo, mas não prevê a copropriedade.
64. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura o direito à liberdade de reunião e de associação e, quanto a esta, garante que ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação, salvo quando se tratar de sindicato profissional
- O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue os itens seguintes:
65. O Eixo Orientador IV, ao tratar da segurança pública, do acesso à justiça e do combate à violência, apresenta a transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal, bem como a garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas, como algumas de suas diretrizes.
66. O PNDH-3 apresenta direitos de primeira, segunda e terceira dimensão. Prova disso é a existência de um eixo orientador voltado à educação e cultura em direitos humanos, buscando, por exemplo, garantir o direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

A Constituição Federal de 1988 apresenta vários dispositivos garantidores e efetivadores dos direitos humanos. Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

67. O Princípio da Intranscendência da Pena, com fundamento constitucional, prevê que nenhuma pena passará da pessoa do condenado. No entanto, havendo obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens, estas poderão ser estendidas aos sucessos e contra eles executadas em sua totalidade.

68. Para o Supremo Tribunal Federal, as ações afirmativas, a exemplo da reserva de vagas com base em critério étnico-racial, devem ser condicionadas à persistência do quadro de exclusão social que lhe deu origem e, por isso mesmo, não podem ser convertidas em políticas públicas permanentes.

69. A Constituição Federal prevê o direito ao salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, e capaz de às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família. Por este motivo, o Supremo Tribunal Federal entende incabível a instituição de piso salarial regional por ofensa ao Princípio da Isonomia.

Com base no Decreto nº 9.759 de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, julgue o item:

70. De forma não exaustiva, o Decreto prevê que estão incluídos no conceito de colegiado os conselhos e comitês, as comissões e juntas, assim como as equipes, mesas e fóruns. Estão expressamente excluídas do conceito de colegiado: as diretorias colegiadas de autarquias e fundações, as comissões de sindicância e de processo disciplina, assim como as comissões de licitação.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Paulo Guimarães e Marcos Girão

71. No que diz respeito aos crimes previstos na lei que define organização criminosa (Lei n. 12.850/2013), para o funcionário público condenado por integrar organização criminosa é efeito da condenação a interdição para o exercício de função pública ou cargo público pelo prazo de 5 (cinco) anos.

72. Segundo a Lei n. 12.850/2013, que trata das organizações criminosas, o prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por uma única vez por até 6 (seis) meses, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

73. O crime de lavagem de capitais, tipificado pela Lei n. 9.613/1998, é autônomo em relação aos delitos que o antecedem, não estando inserido no rol dos crimes hediondos.

74. De acordo com a Lei n. 9.613/1998, somente haverá crime de lavagem de dinheiro quando o agente ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de um dos crimes antecedentes listados na Lei.

75. Para os efeitos da Lei n. 13.869/2019 (nova lei do abuso de autoridade), reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade da administração pública.

76. De acordo com a Lei n. 13.869/2019 só há crime de abuso de autoridade quando o agente tem a finalidade de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, agir por mero capricho ou satisfação pessoal.

77. De acordo com a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) é correto afirmar que a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

78. De acordo com a Lei n. 12.846/2013, nas hipóteses de fusão e incorporação a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

79. Conforme previsão do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003) o Sistema Nacional de Armas – Sinarm foi instituído no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição em todo o território nacional.

80. De acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), haverá infração administrativa quando houver posse de munição de uso permitido em desacordo com determinação legal ou regulamentar no interior de sua residência ou dependência desta, não configura crime.

EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

81. Julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

A falta grave disciplinar deve ser sopesada pelo órgão jurisdicional na análise do requisito subjetivo para fins de concessão de trabalho externo, nos termos do art. 37 da LEP.

82. Julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

O cometimento de falta grave é motivo idôneo para o indeferimento do benefício da saída temporária, por ausência de preenchimento do requisito subjetivo.

83. Julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

A falta disciplinar grave impede a concessão do livramento condicional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo relativo ao comportamento satisfatório durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, III, do Código Penal - CP.

84. Julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

A prática de falta grave no curso da execução penal constitui fundamento idôneo para negar a progressão de regime, ante a ausência de preenchimento do requisito subjetivo.

85. Julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

O marco inicial da prescrição para apuração da falta grave em caso de fuga é o dia da recaptura do foragido.

86. Julgue o item abaixo de acordo com a Lei de Execução Penal:

A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até dez dias. A inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, dependerá de despacho do juiz competente.

87. Julgue o item subsequente, com relação às disposições da Lei de Execução Penal (LEP).

Caso um preso pratique uma falta disciplinar, poderá a autoridade administrativa decretar o isolamento preventivo desse preso, bem como determinar sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.

88. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue, acerca do instituto da remição.

A remição, pelo trabalho, na proporção de um dia de pena a cada três dias trabalhados, diz respeito aos regimes de execução da pena: o fechado e o semiaberto.

89. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

90. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado e semiaberto.

91. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semi-aberto.

92. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.

93. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

No Centro de Observação realizar-se-ão os exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados ao Patronato.

94. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se, somente, aos inimputáveis referidos no artigo 26 do Código Penal.

95. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos condenados definitivamente.

96. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

Preencherá o requisito objetivo, para fins de progressão de regime, o condenado que cumprir 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

97. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue.

O ingresso do condenado em regime aberto supõe a aceitação de seu programa e das condições impostas pelo Juiz.

98. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue, acerca do instituto da remição.

O tempo remido deverá ser computado como pena cumprida, independentemente da natureza do crime cometido, o que beneficia também os apenados pela prática de crimes hediondos e crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa

99. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue, acerca do instituto da remição.

A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

100. Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue o item que se segue, acerca do instituto da remição.

Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

101. Nos termos portaria nº65 de 2019, que dispõe sobre a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária, julgue o item que se segue.

Fica subdelegada ao Diretor do Sistema Penitenciário Federal a competência de designar e dispensar os servidores responsáveis pelas Coordenações previstas no art. 5º desta Portaria.

102. Nos termos portaria nº65 de 2019, que dispõe sobre a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária, julgue o item que se segue.

As Secretarias Estaduais responsáveis pela gestão prisional poderão subdelegar à Coordenação Institucional a gestão da unidade prisional objeto da intervenção, pelo período em que perdurar a ação.

103. Nos termos portaria nº65 de 2019, que dispõe sobre a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária, julgue o item que se segue.

A FTIP será composta, somente, por agentes federais de execução penal.

104. Nos termos portaria nº65 de 2019, que dispõe sobre a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária, julgue o item que se segue.

A FTIP contará com uma Coordenação Institucional que ficará responsável pelo planejamento, articulação, gestão e ação.

105. Nos termos portaria nº157 de 2019, que dispõe sobre visita social no estabelecimento penal federal, julgue o item que se segue.

Os visitantes deverão adotar comportamento adequado ao estabelecimento penal federal, podendo ser interrompida ou suspensa a visita, por tempo determinado, por exemplo, no caso da prática de ato obsceno.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

Jeremias foi recolhido a estabelecimento penal federal.

Em seu primeiro dia, recebeu instrução sobre o funcionamento do estabelecimento e dos direitos e deveres.

Entre os diversos tópicos, foi informado que receberia duas fronhas as quais seriam substituídas periodicamente.

Também receberia um par de tênis, um par de sandálias e um par de chinelos.

Entre os itens que mais lhe desagradou, foi o fato de que haveria uma espécie de rodízio na ocupação das celas a cada 3 meses.

Com base no manual de assistências do sistema penitenciário federal, julgue os itens a seguir:

106. Entre as assistências materiais ao preso, está a oferta de alimentação, vestuário e de higiene pessoal e da cela.

107. Jeremias receberá dois pares de chinelo ao invés de um.

108. O rodízio de celas ocorre a cada 6 meses e não três como informado.

109. O detento receberá também roupa de cama. O colchão e o travesseiro serão mantidos em bom estado de higiene, sendo substituídos quando o seu estado de conservação o exigir.

110. Jeremias receberá também duas camisetas longas, duas de manga curta e duas bermudas.

111. Em virtude das condições climáticas do local da penitenciária, o preso poderá receber, dentre outros, dois agasalhos de moletom, dois pares de luvas e dois cobertores.

112. Jeremias receberá, dentre outros materiais de higiene pessoal, um tubo de creme dental, reposto a cada 15 dias.

113. Jeremias receberá um pano de chão, o qual será reposto trimestralmente.

Com base no DECRETO N. 6.049/2007, julgue os itens a seguir.

114. As faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves. Um detento que simule doença para eximir-se do dever legal comete falta de natureza média.

115. Um detento que transite em locais não autorizados comete falta de natureza grave.

116. Deixar de prestar obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se é considerado falta de natureza média.

117. A advertência por escrito é punição de caráter educativo, aplicável às infrações de natureza leve.

118. A repreensão é sanção disciplinar revestida de maior rigor no aspecto educativo, aplicável em casos de infração de natureza média, bem como aos reincidentes de infração de natureza leve.

119. A prática de fato previsto como crime culposos e que ocasione subversão da ordem ou da disciplina internas sujeita o preso, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.

120. Caso um preso tente fugir mas não obtenha êxito, será considerado falta grave.

Prova Discursiva

Marcio Damasceno

“Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie.”

Eleonora Menicucci, ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República). Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-lei-do-feminicidio-e-por-que-e-importante/>. Acesso em: 13/01/2019.

O início do ano de 2018 foi marcado pelo assassinato de Marielle Franco, que chocou a população brasileira. Mulher, negra, mãe e moradora da favela da Maré, Marielle Franco era vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, no dia 14 de março, foi morta em um atentado. Treze tiros atingiram o veículo onde ela estava. A comoção pública e a transformação de seu nome em símbolo de resistência são sinais de que a violência contra a mulher está deixando de ser naturalizada.

Atlas da Violência 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 13/01/2019.

A partir das ideias dos textos precedentes, que têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

FEMINICÍDIO: PROBLEMA SOCIAL A SER ENFRENTADO NO BRASIL

Em seu texto, aborde, necessariamente:

- a) o feminicídio como problema social; [valor: 6,50 pontos]
- b) o feminicídios como expressão da desigualdade de gênero; [valor: 7,00 pontos]
- c) ações do Estado para o seu enfrentamento. [valor: 6,50 pontos]

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-18-07-20>

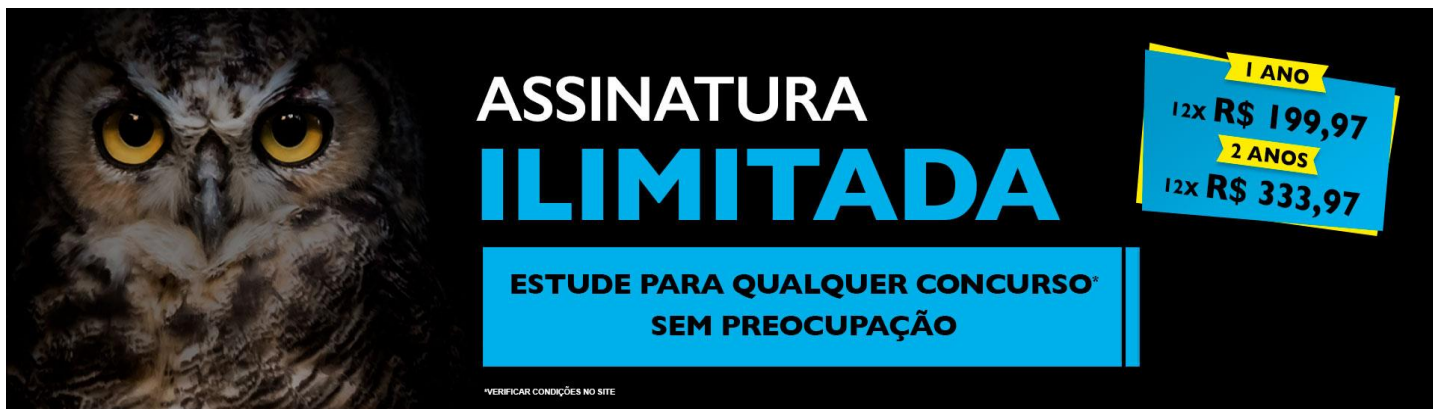
Conheça nosso Sistema de Questões

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner with a dark background. On the left is a close-up of an owl's face with yellow eyes. In the center, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in white and blue. Below it, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a yellow and blue price tag shows '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom center, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.